



CAMPANHA SALARIAL/EDUCACIONAL 2023

TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO CONCURSADOS ACEITAM PROPOSTA DE REAJUSTE DE 5,93%

Os trabalhadores em Educação concursados se reuniram na Assembleia na tarde de ontem (12/04) e votaram por aceitar a proposta de reajuste de 5,93% e assinar o termo, mas sem os condicionantes colocados pela Prefeitura. Os condicionantes são: não propor emendas ao PL; não reivindicar rodada de negociações, paralisações ou greves referente a Campanha Salarial até outubro/2023, quando iniciará novas negociações salariais.

Mesmo com o aceite do reajuste pago em parcela única na folha de pagamento de junho, a categoria demonstrou bastante insatisfação com a proposta da prefeitura, uma vez que o salário da educação municipal não chega ao Piso Salarial do Magistério, que foi reajustado em 14,95% em janeiro deste ano. E, especialmente, por ter clareza com relação à possibilidade da PBH garantir o pagamento do Piso já que tem condição financeira favorável para isso.

A Campanha Salarial/Educacional 2023 luta pela aplicação do Piso no primeiro nível da carreira, mas o governo Fuad não negociou com a categoria essa proposta. Mesmo a educação tendo verba própria o prefeito de

Belo Horizonte se nega a conversar com a categoria e segue com a política de reajuste único para todos os servidores públicos municipais.

O reajuste de 5,93% ainda é considerado insuficiente pelos trabalhadores em educação, mas aceitar a proposta é uma forma de fortalecer a categoria para as outras lutas como o descongelamento da carreira, a violência nas escolas e Reforma da Previdência.

Em função da forte chuva que levou a dispersão da Assembleia, o calendário de mobilizações será referendado na próxima Plenária de Representantes que acontecerá no dia 20/04 (quinta-feira).

HISTÓRICO DA CAMPANHA

No início de fevereiro a PBH apresentou aos sindicatos que representam os servidores públicos uma proposta de reajuste de 5,93% dividida em duas parcelas de 2,50% a partir de agosto e 3,43% a partir de dezembro. A resposta dos trabalhadores a essa proposta foi a greve unificada.

GREVE UNIFICADA

Os trabalhadores em educação realizaram junto aos demais servidores públicos de Belo Horizonte uma greve unificada por valorização.

A paralisação das atividades pressionou o prefeito Fuad que se reuniu com os sindicatos e apresentou uma proposta de reajuste de 5,93% em parcela única a ser paga na folha de pagamento de junho/23.

Em Assembleia, os trabalhadores em educação votaram pela suspensão do movimento, assim como os demais servidores. A categoria considerou a nova proposta insuficiente, assim optaram por realizar novas reuniões com a base para discutir o melhor rumo do movimento de luta.

As Plenárias de Representantes realizadas na manhã e tarde do dia 04/04 (terça-feira) apontaram que no interior das escolas a categoria tem indicado o aceite da proposta neste momento, tendo como preocupação central a concentração de forças na luta contra a Reforma da Previdência.

PROPOSTA DE CALENDÁRIO

- **14/04** – Reunião das Professoras e Professores aposentados com o presidente da Câmara dos Vereadores, o vereador Gabriel Azevedo.
- **20/04, às 8h30 e 14h** – Plenária de Representantes dos Trabalhadores em Educação Concurados
- **20/04, às 19h** – Reunião com os Bibliotecários.
- **26/04** – Greve Nacional dos Trabalhadores em Educação.
- **03/05, às 13h30** – Audiência pública para discutir os impactos da Lei Complementar Nº 173/2023 nas carreiras dos servidores municipais de Belo Horizonte e as possibilidades de reversão das medidas adotadas pela PBH diante da referida Lei.
- **05/05** – Reunião do Coletivo de Trabalhadores com Deficiência do Sind-REDE/BH.
- **08/05, às 14h** – Plenária do Coletivo de Aposentadas e Aposentados do Sind-REDE/BH.
- **24/05, às 13h30** - Audiência pública para debater sobre as situações enfrentadas pelos Assistentes Administrativos Educacionais no exercício de sua função, bem como discutir o pagamento a estes do Piso Nacional do Magistério, instituído pela Lei Federal nº 11.738/08.

ONDA DE AMEAÇAS EM ESCOLAS É REFLEXO DE UMA SOCIEDADE QUE ESPETACULARIZA A VIOLÊNCIA

Após dois atentados com vítimas fatais em escolas em menos de duas semanas no Brasil, o alerta vermelho sobre a crise de violência nas escolas ultrapassou os seus muros, tornando-se um dos principais temas de debate social no país.

Além dos casos que chegaram as vias de fato, centenas de ameaças têm aparecido nas redes sociais, muitas delas falsas, aumentando o pânico e o medo entre os trabalhadores em educação, estudantes e comunidade escolar, que se veem impotentes diante da situação. A espetacularização da violência, característica contemporânea da sociedade brasileira, é potencializada pela dinâmica do Whatsapp onde informações correm livremente com pouca possibilidade de averiguação.

É recomendado ter cuidado, pois o pânico e o medo criado por essa dinâmica incentivam soluções autoritárias, que têm pouca ou nenhuma efetividade para o combate efetivo da violência no ambiente escolar. Não é com o aumento da repressão aos jovens, militarização das escolas, redução da maioria penal, ou qualquer medida simplista que os casos deixarão de acontecer. Deputados bolsonaristas chegaram a defender absurdos como o armamento de professores como possível solução ao problema.

Por outro lado, a correlação dos últimos ataques e ameaças reais com grupos de ódio e a extrema direita articulados através das redes sociais é clara. Além

do ataque realizado em São Paulo, protagonizado por um indivíduo que pregava o racismo, dois outros casos levaram jovens a ser apreendidos por apologia ao nazismo e ao terrorismo nos últimos 30 dias. Um deles no Rio de Janeiro, que contou inclusive com investigação em colaboração com a Interpol, levou a apreensão de um jovem de 17 anos, que publicava vídeos de apologia ao nazismo e ameaças de ataques no Youtube. Outro caso, em Maquiné, no Rio Grande do Sul, levou a apreensão de um jovem de 14 anos e a prisão de seus pais, após investigação da polícia civil que investigava uma célula nazista que se articulava na internet. A polícia chegou ao jovem que colecionava materiais de apologia ao nazismo, após prender um outro adolescente no Paraná que, segundo as investigações, orientava o atentado que deveria acontecer em uma semana.

Não dá pra descartar a correlação do aumento destes grupos de extrema direita com os quatro anos de discursos de ódio, falta de combate – e até incentivo – no governo Bolsonaro.

É preciso atuar na causa do problema, já que as características dos atentados vão muito além do contexto escolar. O combate a violência deve ser tratado com ações multidisciplinares, que vão desde o combate aos grupos que propagam discurso de ódio nas redes sociais, até ações que ampliem a democracia no interior das escolas, passando por medidas governamentais

que desincentivem a espetacularização da violência na TV aberta e dificultem o acesso a armas de fogo.

A auto-organização das escolas é essencial neste momento, realizando debates, reuniões e até mesmo assembleias unificadas que coloquem o tema da violência em pauta. Mas sem focar no aumento da repressão, que pode representar violações de direitos. Nos unimos à CSP-Conlutas que propõe um dia de mobilização, no próximo dia 20 de abril, para exigir um basta à violência nas escolas.

O papel das polícias, nesse contexto deve ser o de garantir a segurança nas áreas próximas as escolas, mas de nenhuma forma o aumento da militarização. Ações de inteligência precisam ser executadas para coibir antecipadamente qualquer atentado e que policiais armados só adentrem às escolas em caso de algum ataque violento em curso.

Junto a isso, é preciso um trabalho cuidadoso em relação ao combate às notícias falsas para não incentivar o clima de pânico que desestrutura a comunidade escolar, além de fomentar novos casos, pelo conhecido “efeito contágio”. É sabido que, mesmo com uma boa intenção, ao compartilhar alertas sem qualquer averiguação, os resultados são os piores possíveis, pois incentiva o cancelamento de aulas, criação de políticas públicas equivocadas e aumento da violência, pois pode motivar estudantes a buscarem saídas individuais como irem armados para a escola.

TROCA DE CADEIRAS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL NÃO APONTA AVANÇOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DE QUALIDADE EM BH

Quatro secretários e 11 cargos de direção, chefia e gerência foram exonerados e já substituídos pelo governo Fuad

No dia 06/04 (quinta-feira) foi publicado no Diário Oficial do Município (DOM), a exoneração de quatro secretários e outros 11 cargos. Entre essas trocas, a pasta da educação foi alterada, saiu a secretária Ângela Dalben e entrou o engenheiro e professor Charles Martins Diniz.

A saída de Dalben pode ser considerada como positiva para a educação pública municipal, já que mesmo sendo professora, durante sua gestão atacou a categoria, o sindicato e os dirigentes sindicais. A recusa ao diálogo e os ataques recorrentes se somam à privatização da educação, ao aumento da terceirização e à política de substituição de professores por profissionais não habilitados e não qualificados.

A ex-secretária também foi apoiadora do projeto Escola sem Partido, fez uma gestão desastrosa durante a pandemia de Covid-19 deixando de investir em infraestrutura e nos professores, além de ter cortado salários e proposto a volta dos trabalhadores às escolas, mesmo com recomendação contrária do Comitê de Enfrentamento à Covid-19. A ex-secretária foi a responsável pela entrada das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) nas escolas, inclusive sendo alvo de Audiência Pública na Câmara Municipal para esclarecimentos quanto aos contratos.

A gestão de Ângela Dalben foi catastrófica e representou um grande retrocesso para a educação de Belo Horizonte. Ainda são poucas as informações sobre o novo gestor, mas tudo indica que ele atende um grupo político que hoje representa a política neoliberal de acabar com serviços públicos, continuar a precarizar e terceirizar a educação.